

A dinâmica do jogo de linguagem das formas de tratamento

The dynamics of language game involving address terms

Recebido em 02 de maio de 2015. | Aprovado em 13 de junho de 2015.

DOI: <http://dx.doi.org/10.17074/lh.v1i1.181>

Cacilda Vilela de Lima¹

Resumo: Esta pesquisa apresenta uma microanálise transversal e qualitativa de caráter empírico-indutivo sobre as formas de tratamento entre candidatos ao cargo presidencial em cinco debates televisionados realizados antes do primeiro turno das eleições de 2014. Baseado nos pressupostos da Antropologia Linguística, entende-se que os usos das formas de tratamento implicam o estudo das mudanças estruturais envolvidas na sociedade. Sendo assim, as formas de tratamento não são classificadas e entendidas como formas estanques com interpretações de uso *a priori*, mas como formas flexíveis que permitem aos interlocutores realizar seus discursos de maneira complexa e dinâmica. A classificação se determinada forma de tratamento serve para estabelecer uma aproximação ou distanciamento entre os interlocutores só pode ser estabelecida caso a caso e momento a momento na interação. Esta pesquisa não se restringe ao estudo *do efeito* e *do como* as palavras foram colocadas no palco do mundo, mas também tenta entender *por quem, para quem, porquê, onde, qual o tipo de relação de poder* que pode ser inferida da escolha de certa forma de tratamento. É pela composição de todos esses elementos que se pode ver como o ator social proporcionou seu ponto de vista, seu modo de refletir sobre o mundo e a natureza humana.

Palavras-chave: antropologia linguística; formas de tratamento; debate político; multimodalidade; gestualidade.

Abstract: This research presents a transversal and qualitative empirical-inductive investigation on the address terms of candidates for the presidential post in five political debates on TV before the first round of the 2014-election. Based on the assumptions of Linguistic Anthropology, it is understood that the uses of address terms imply the study of structural changes involved in society. Thus, address terms are not classified and understood as fixed forms with an *a priori* interpretation, but as flexible forms that allow interlocutors to produce their speeches in complex and dynamic ways. The classification if a given address term establishes an approximation or distancing between the parties can only be determined case by case and moment to moment during the interaction. This research is not only concerned about the study of *effect* and *how* the words were placed on the world stage, but it also tries to understand *by whom, to whom, why, where, what kind of power relationship* can be inferred from the use of some address term. It is by the composition of them all that one can see how the social actor gave his point of view, his way of thinking about the world and human nature.

Keywords: linguistic anthropology; address terms; political debates; multimodality; gestuality.

¹ Doutoranda em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês, Universidade de São Paulo, Brasil. cacilda@upgames.com.br.

Introdução

Baseada nos pressupostos da Antropologia Linguística, essa pesquisa investiga as formas de tratamento vocativo nos debates políticos de candidatos ao cargo de presidente, realizados antes do primeiro turno das eleições de 2014. Apresenta-se uma microanálise transversal e qualitativa de caráter empírico-indutivo sobre as formas de vocativo em cinco debates televisionados entre os dias 26 de agosto e 02 de outubro de 2014. Esses debates tiveram a presença restrita a 7 candidatos, cujos partidos conseguiram, nas eleições de 2010, eleger representantes na Câmara dos Deputados, dentre os 11 candidatos que concorreram ao cargo.

A escolha pelas formas de tratamento vocativo deve-se ao fato de se acreditar que o uso dessas formas implica, de certa forma, estudar as mudanças estruturais envolvidas na sociedade e, nesse caso específico dos debates, a questão da relativa fluidez das posições de poder que se estabelecem no jogo de linguagem de aproximação e distanciamento, afiliação e embate que se observa na dinâmica das trocas discursivas dos enunciados dos políticos. Enfatiza-se a controvérsia ainda presente em torno do uso de **presidente** ou **presidenta** para referir-se a Dilma Rousseff. Não nos termos de discussão linguística e político-ideológica que ocorreu na ocasião da sua eleição para o primeiro mandato, mas como forma de tratamento diferenciada, seja para marcar afiliação seja para criticar o governo. A opção pelo uso de um termo em detrimento do outro evidencia como a língua se converte em ferramenta através da qual o mundo social e cultural pode ser descrito, avaliado e reavaliado constantemente.

O foco em debates televisionados ao vivo, por mais que se diga que um candidato tenha ensaiado a sua performance, recai no entendimento de que o espaço público é o lugar propício para a representação de papéis sociais e para ajustes nessa representação devido à imprevisibilidade do desenrolar dos eventos. Em toda interação os interlocutores dão vida a personagens e se utilizam de um jogo de máscaras para representá-las. Esse jogo é evidente no discurso político, já que toda palavra pronunciada nesse campo deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que diz e pelo que não diz. A palavra não deve ser tomada de forma explícita, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano. É nesse jogo de máscaras que o político cria a sua identidade e é igualmente nesse jogo que ele se vale de estratégias que julga mais pertinentes para obter determinado efeito comunicativo. Uma dessas estratégias são exatamente os diferentes usos das formas de tratamento que utiliza para tentar obter o efeito comunicativo desejado. Esta pesquisa não se restringe ao estudo *do efeito* e *do como* as palavras foram colocadas no palco do mundo, mas também tenta entender *por quem, para quem, porquê, onde, qual o tipo de relação de poder* que pode ser inferida da escolha de certa forma de tratamento. É pela composição desses elementos que se pode ver como o ator social proporcionou seu ponto de vista, seu modo de refletir sobre o mundo e sobre a natureza humana.

Esse texto está organizado em 4 tópicos. No primeiro tópico apresentam-se algumas considerações sobre a Antropologia Linguística. O tópico seguinte traz considerações a respeito das formas de tratamento vocativo no português brasileiro (PB). No terceiro tópico, descreve-se a pesquisa, apresentando-se o *corpus* da pesquisa, algumas considerações sobre os sujeitos da pesquisa e sobre o gênero debate político televisionado. No quarto tópico, apresenta-se a análise de resultados, mostrando as formas de tratamento empregadas pelos candidatos e uma análise mais detalhada a respeito do uso da forma de tratamento *presidente(a)*.

1. A Antropologia Linguística

A perspectiva da Antropologia Linguística adotada neste trabalho segue a visão de Duranti (2000, p. 21) que apresenta esse campo como tendo o “estudo da linguagem como um recurso da cultura e a fala como uma prática cultural”. Este campo de estudo vê os falantes como atores sociais, como membros de comunidades singulares e complexas. Ao se articularem dentro de um conjunto de instituições sociais, essas comunidades permitem aos atores sociais atuar de forma complexa e dinâmica mediante uma rede de expectativas, crenças e valores morais, não necessariamente superpostos, mas sim inter cruzados.

A Antropologia Linguística não investiga qualquer estudo relacionado à linguagem. Investiga a linguagem como conjunto de estratégias simbólicas que formam parte do tecido social e das representações

individuais de mundos possíveis ou reais. Examina a linguagem através do prisma dos interesses antropológicos de transmissão e reprodução da cultura, da relação entre os sistemas culturais e outras formas de organização social e o papel das condições materiais de existência nas compreensões que os indivíduos têm a respeito do mundo. Para a Antropologia Linguística, os signos linguísticos não são neutros, uma vez que são utilizados constantemente para a construção de afinidades culturais e como forma de ação de estar no mundo. A Antropologia Linguística trata dos modos *porquê* e *como* as palavras foram pronunciadas em determinado momento, proporcionando um ponto de vista, um modo de refletir sobre o mundo e sobre a natureza humana. Preocupa-se com a condição e o resultado da interação e toma para essa análise a atuação linguística e o discurso situado, tentando entender como a linguagem permite criar e recriar as distinções entre os grupos, os indivíduos e as identidades e buscando encontrar conceitos analíticos que sejam coerentes com a perspectiva dos participantes. Embora o foco de atuação seja prestar atenção aos detalhes das situações comunicativas face-a-face, a Antropologia Linguística não desconsidera as forças sociais exteriores que também operam na interação, pois, como disse Pierre Bordieu, não se pode cair na falácia de imaginar que os encontros surgem do nada. O palco de cada interação está perpassado por relações mais amplas (e.g. gênero e classe social) e por restrições impostas pelas diferentes instituições que compõem determinada cultura. A preocupação fundamental da Antropologia Linguística é investigar como a fala deixa aflorar as relações entre as pessoas, mediadas por suas próprias histórias, e as relações com as instituições de sua cultura, pois o conhecimento da classe social, gênero, entre outros, é apenas uma parte da equação que se constrói na interação momento-a-momento.

A Antropologia Linguística vale-se dos métodos etnográficos para fazer sua investigação micro analítica e qualitativa, verificando o que os indivíduos fazem com a linguagem, relacionando as palavras, os silêncios e os gestos com o contexto em que se produzem esses signos e sempre entendendo a fala como ato social. Como o conhecimento é implícito, não se podem pedir explicações diretas aos participantes. É pela observação de como os participantes atuam em suas práticas interativas que se poderá ver emergir o conhecimento das regras das práticas sociais, uma vez que a estrutura social é um produto emergente das interações nas quais os atores sociais produzem cultura aplicando seus métodos genuínos de compreensão e comunicação do que eles são e do que lhes importa. Os membros da sociedade trabalham para que suas ações, inclusive as palavras, sejam significativas para todos os efeitos práticos que os permitam atuar no palco do mundo.

2. As Formas de Tratamento

As formas de tratamento vocativo são conceitualizadas nas gramáticas de cunho normativo, por exemplo, em Cunha e Cintra (2001), Bechara (2004) e em Rocha Lima (2005) em duas classes: a) pronomes pessoais - **tu** e **vós** - utilizados para dirigir-se ao interlocutor; e b) pronomes de tratamento (**você**), formas substantivas de tratamento (**senhor(a)**, **nome próprio**) e formas pronominais de tratamento (**Vossa Excelência**) que, ainda que se refiram à pessoa com a qual se fala, levam o verbo para a forma gramatical de terceira pessoa.

Outro tipo de análise das formas de tratamento volta-se para o seu cunho pragmático. Um estudo clássico é o de Brown e Gilman (1960) que abordam as relações de poder e solidariedade embutidas nas escolhas das formas de tratamento. Brown e Gilman iniciam seu texto apresentando o percurso histórico traçado pelas formas de tratamento. Segundo os autores, o sistema latino conhecia apenas duas formas para dirigir-se ao interlocutor: **Tu** para o singular e **Vos** para o plural. A partir do século IV, a forma **Vos** passa a ser usada também para um único interlocutor, que, no caso, era o imperador. Sendo assim, **Vos** passou a ser associada ao poder imperial, ficando carregada semanticamente de respeito e deferência a alguém hierarquicamente superior na esfera do poder. Entretanto, como Marcotulio (2008) esclarece, ao longo das modificações linguísticas das diversas línguas derivadas do latim e, no caso do ramo que deu origem ao português brasileiro, o uso de **vós** (cerimonioso), por ter sido estendido a outras figuras de poder e prestígio, vai perdendo o caráter de respeito e deferência. Novas formas então foram necessárias para resgatar esse caráter, como por exemplo, *Vossa Mercê* (1331), *Vossa Senhoria* (1434), *Vossa Majestade* (1442), *Vossa Alteza* (1450) e *Vossa Excelência* (1455). Hoje algumas dessas formas caíram em desuso (e.g. *Vossa Mercê*) e algumas se restringem a certas categorias sociais como juízes, deputados, senadores etc.

Em relação ao uso das formas de tratamento, duas grandes escolas teóricas se voltaram para esses estudos: a Sociolinguística e a Pragmática. Levinson (1989) discute as fronteiras dessas duas áreas, mostrando que enquanto a Sociolinguística se preocupa com o valor que a forma de tratamento carrega, tendo em vista as características dos interlocutores (idade, sexo, escolaridade etc), a Pragmática se interessa pelo efeito que essa escolha pode ter sobre o interlocutor. Por exemplo, a Pragmática se preocuparia mais com o efeito atingido em relação a dois enunciados distintos cujas diferenças nas formas linguísticas encontram-se apenas nas formas de tratamento e que foram proferidos por uma pessoa idosa a seu neto: **Você já fez a lição de casa?** e **O senhor já fez a lição de casa?** Enquanto no primeiro enunciado a forma de tratamento é a esperada para a situação, no segundo, tem-se um desvio do esperado e o efeito atingido é a ironia como forma de repreensão. Como Levinson (1989) ressalta, o estudo do efeito irônico só pode ser compreendido se o analista levar em conta o foco da Sociolinguística, ou seja, as características dos interlocutores. Sendo assim, a interpretação de um enunciado deve contemplar as contribuições de ambas as áreas para explicar **por quem, para quem e qual o efeito** gerado. Nesse trabalho, devido ao foco teórico ser a Antropologia Linguística, agrega-se a esses entendimentos o interesse sobre o **como** e o **porquê** de certa forma de tratamento ser utilizada em determinada situação, mas partindo sempre da análise dos dados para se estabelecer **por quem, para quem, como, porquê, qual o efeito, onde, qual o tipo de relação de poder** que pode ser inferida da escolha de certa forma de tratamento.

Tendo como base essa perspectiva, entende-se, por exemplo, que a forma *tu* faz mais do que sinalizar a existência de um interlocutor. Ela constrói a categoria social desse interlocutor, ou melhor, evidencia o tipo de categoria social que o falante quer atribuir ao interlocutor. Em línguas nas quais há diferenças marcadas linguisticamente para as formas de tratamento de segunda pessoa, como o *tu-vous* do francês, *tu-usted* do espanhol, *Du-Sie* do alemão ou *tu-Lei* do italiano, ampliam-se os parâmetros de igualdade-desigualdade, solidariedade-poder, desde que utilizados em contextos socialmente relevantes. Contudo, como diz Duranti (2000, p. 42-43), “o aspecto realizador e criativo das formas de tratamento que se valem os falantes para construir sua identidade leva consigo um poder que vai além da simples descrição”. As escolhas evidenciam como a língua se converte em ferramenta através da qual o mundo social e cultural pode ser descrito, avaliado e reavaliado constantemente. Gumperz (1996) declara que esse trabalho interacional realiza-se por meio de indícios contextualizadores. Como os índices de contextualização não se distribuem de forma uniforme na comunidade, as formas de tratamento são um importante espaço para se questionar as relações de poder e as dinâmicas de poder em situações comunicativas.

3. Da pesquisa

3.1 - Os candidatos

O *corpus* da pesquisa compõe-se de 5 debates políticos televisionados entre os dias 26 de agosto e 02 de outubro de 2014². Os debates foram transmitidos pelas redes de comunicação *Bandeirantes* (26-08-2014), *SBT* (01-09-2014), *TV Aparecida* [CNBB] (16-09-2014), *Record* (28-09-2014) e *Globo* (02-10-2014). Os debates ocorreram entre os 7 candidatos³ cujos partidos conseguiram eleger representantes, nas eleições de 2010, para a Câmara de Deputados, dentre os 11 candidatos que disputaram o cargo nas eleições presidenciais de 2014. Os candidatos que participaram dos debates foram Aécio Neves (PSDB), Dilma Rousseff (PT), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidelix (PRTB), Luciana Genro (PSOL), Marina Silva (PSB) e Pastor Everaldo (PSC).

O perfil dos candidatos é bastante similar. À exceção de Dilma Rousseff, que é divorciada, todos são casados. À exceção de Levy Fidelix, todos têm nível superior completo. Excetuando-se Aécio Neves, Senador por Minas Gerais, e Dilma Rousseff, Presidente da República, nenhum outro candidato exercia qualquer cargo político no momento das entrevistas. À exceção de Levy Fidelix, todos já participaram do cenário político brasileiro. Em relação à idade, Luciana Genro é a mais jovem (43 anos) enquanto Dilma Rousseff, a mais velha (66 anos).

² Os debates foram obtidos nos sites: *Bandeirantes*: <<https://www.youtube.com/watch?v=rPAMXAqK-Qk>>; *SBT*: <<https://www.youtube.com/watch?v=iG48FI6RCxY>>; *TV Aparecida*: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kqvp23LYFsQ>>; *Record*: <<https://www.youtube.com/watch?v=ubZ3fz7IjxQ>>; *Globo*: <https://www.youtube.com/watch?v=U88R_g0I05Q>.

³ No debate da *TV Aparecida* participaram 8 candidatos. O oitavo convidado foi José Maria Eymael (PSDC). Entretanto, como ele participou só desse debate, decidiu-se considerar apenas os 7 outros candidatos para o relato dos resultados obtidos.

A ideologia partidária⁴ cobre todo o espectro direita-esquerda. Na extrema direita temos o PSC, enquanto na extrema esquerda posiciona-se o PSOL. O PSDC é representante de centro-direita, o PSDB de centro, o PT e o PSB representam a posição centro-esquerda e há dois partidos que não concordam em adotar uma posição definida: o PRTB que ora se declara centro-esquerda, ora centro-direita e o PV que se declara um “partido de frente”, adotando o ambientalismo, o federalismo e o parlamentarismo como diretrizes norteadoras. Nas palavras de Eduardo Jorge, o candidato do PV à Presidência da República, durante o debate da Record para o 1º turno das eleições de 2014: “O PV não é um partido nem pró-capitalista, nem pró-socialista é um partido ecologista” [Eduardo Jorge, debate da Record, 2ª rodada do 1º bloco, confronto direto entre Eduardo Jorge e Aécio Neves, 34:40].

3.2 - Os debates políticos televisionados nas eleições de 2014

O gênero dos debates políticos televisionados surgiu nas eleições presidenciais de 1960 nos Estados Unidos. Em 26 de setembro daquele ano, os americanos viram o primeiro debate presidencial televisionado entre o candidato democrata, John Fitzgerald Kennedy, e o candidato republicano, Richard Nixon. A prática desse gênero, em eleições presidenciais no Brasil, iniciou-se apenas em 1982.

Nesse gênero, existe a figura de um mediador atuando como intermediário entre os candidatos. Geralmente os temas discutidos são os mais controversos da época. Os debates tendem a ser direcionados para os eleitores indecisos e que não se ligam a ideologias específicas ou a partidos políticos. De forma geral, nos primeiros momentos, o mediador saúda o público, anuncia a realização do debate e apresenta os candidatos. O mediador explica as regras do jogo que, de forma genérica, seguem a fórmula de perguntas, repostas, réplicas, tréplicas, direitos de resposta e considerações finais.

Geralmente as regras do jogo seguem as linhas mestras de: a) declarações de abertura e fechamento (considerações finais) ou apenas a última; b) sorteio que determina quem deve fazer as perguntas, sempre em regime de revezamento, em período de tempo determinado. O sorteado escolhe quem responderá, com temática às vezes também decidida em sorteio. Dependendo do debate, existe uma limitação ao número de perguntas que um candidato pode receber; c) limite de tempo para que o opositor possa responder à pergunta. Depois deste período, o candidato que fez a pergunta faz a réplica para refutar a argumentação e o candidato que interrogou fará a tréplica; d) dependendo de acordo prévio entre os partidos políticos, há possibilidade que jornalistas, mediador(es) ou a população também possam fazer perguntas aos candidatos; e) concessão de direito de resposta ao candidato que sofreu ofensa de natureza moral ou ideológica; e f) utilização de cronômetro, à vista do telespectador, que mede o tempo de cada pergunta, resposta, réplica, tréplica, direito de resposta, apresentação inicial e consideração final. A duração total dos debates, incluindo-se os anúncios publicitários, gira em torno de duas horas.

O formato dos debates televisionados nas eleições de 2014 seguiu as regras genéricas e todos foram bastante semelhantes entre si. À exceção da Bandeirantes que contou com 6 partes, os outros foram organizados em 5 partes. Essas partes foram agrupadas em 4 (SBT, Record e Globo) ou em 5 (Bandeirantes e TV Aparecida) blocos. A separação entre um bloco e outro deu-se pelo intervalo comercial. A prática usual foi o confronto direto entre os candidatos. Todas as emissoras valeram-se desse expediente para organizar seus debates. A Globo concentrou-se nessa organização. As perguntas formuladas por cada candidato foram realizadas de forma livre ou mediante o sorteio de temas específicos, realizado pelo jornalista-mediador. O candidato debatedor também foi escolhido de forma livre ou mediante sorteio realizado pelo jornalista-mediador. Os debates apresentaram a seguinte organização: a) pergunta com duração de 30s.; b) resposta que variou entre 1:30m-2m; c) réplica com duração entre 30s-1:30m; e d) tréplica com duração entre 30s-1m. Apesar de nenhum dos debates ter se iniciado com uma fala de apresentação do candidato, a finalização de todos os debates se deu pelas considerações finais de cada candidato com duração entre 1m-1:40m.

À exceção da Globo, outra prática utilizada foi a formulação de pergunta por um jornalista afiliado à emissora que escolhia qual candidato responderia à pergunta e qual comentaria a respectiva resposta do candidato anterior. Nessa prática, a organização foi: a) pergunta com duração de 30s; b) resposta do

⁴ As informações sobre a ideologia partidária foram obtidas em Rodrigues (2002), em: <<http://www.todasasconfiguracoes.com/2013/09/14/ha-partidos-politicos-no-brasil/>>, acessado em 15-01-2015 e em: <<http://aoseutempo.blogspot.com.br/p/defenicao-dso-partidos-direita-centro-e.html>>, acessado em 15-01-2015.

candidato 1 com duração entre 1:30m-2m; c) comentário do candidato 2 com duração entre 30s-1m. Em duas emissoras (Bandeirantes e SBT), ao candidato 1 foi concedido 45s para uma réplica. Viu-se também uma variante reduzida da prática descrita acima. Ao invés de um jornalista escolher um candidato para responder à sua pergunta e um candidato para comentar a resposta do candidato anterior, a prática de formato reduzido consistiu em que um representante da emissora escolhesse um candidato para responder a uma pergunta, mas sem comentário de outro candidato. Nesses casos, os representantes das emissoras abarcaram telespectadores, o presidente da CNBB, bispos e jornalistas. Os candidatos tiveram entre 1:30-2m para elaborar as suas respostas.

Em relação à encenação dos debates, todos contaram com a presença de plateia e a distribuição dos candidatos no palco foi semelhante em todas as emissoras. A ordem de colocação no palco foi acordada previamente por sorteio com as assessorias dos candidatos. Em formato de meia-lua, os candidatos permaneceram de pé, atrás de púlpitos. A Globo foi a única exceção. Na Globo, os candidatos, organizados em meia-lua, ficavam sentados e só se aproximavam do púlpito no momento que tinham a palavra. Os jornalistas-mediadores dividiam a meia-lua ao meio. Enquanto Bonner (Globo) dividiu a meia-lua em um palanque distanciado dos candidatos e, portanto, olhava para os candidatos, os demais jornalistas-mediadores encontraram-se fisicamente na região central da meia-lua e olhando para a mesma direção que os candidatos: para a plateia e as câmeras.

Como regras genéricas enumeradas ao início de cada debate têm-se que: 1) as regras foram elaboradas em comum acordo com as assessorias dos candidatos; 2) o candidato que se sentisse ofendido poderia pedir o direito de resposta e uma comissão organizadora iria julgar a pertinência do pedido, concedendo ou recusando o direito pleiteado; 3) um candidato não deveria dirigir a palavra a outro candidato fora dos momentos designados pelo(s) mediador(es) do programa; 4) a plateia não deveria se manifestar em momento algum; e 5) a ordem de apresentação seria definida por sorteio, sendo que este sorteio poderia ter sido realizado previamente junto às assessorias de cada candidato ou em frente às câmeras pelo mediador do programa.

4. Análise de resultados

4.1 - As formas de tratamento empregadas pelos candidatos

As formas de tratamento empregadas pelos políticos formam um amplo espectro conforme o quadro-resumo abaixo:

<i>Forma de tratamento</i>	<i>Exemplo</i>
Candidato(a) + Nome + Sobrenome	Candidata Marina Silva
Candidato(a) + Nome	Candidato Aécio
Candidato(a)	Candidato
Senhor(a) + Nome + Sobrenome	Senhor Eduardo Jorge
Senhor(a) + Nome	Senhora Dilma
Senhor(a)	Senhor
Nome + Sobrenome	Luciana Genro
Nome	Levy
Você*	Pastor Everaldo: “Você, (dirige o olhar e sutilmente vira a cabeça em direção ao candidato Aécio) (.) inclusive, está nos jornais, que está processando os correios” [Aécio Neves e Pastor Everaldo, debate da Globo, 1º bloco, confronto direto, 8:09]

Tu*	Luciana Genro: “tua receita é a mesma dos tucanos, inclusive teus economistas são tucanos”. Tu (vira a cabeça em direção à candidata Marina) (.) és a segunda via do PSDB? [Luciana Genro e Marina Silva, debate do SBT, 3º bloco, confronto direto, 1:08:11]
Vocês*	Eduardo Jorge: “Vocês (vira a cabeça sutilmente para a direção da candidata Dilma) (.) já estão errados quando insistem nessa estratégia”. [Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate do SBT, 1º bloco, confronto direto, 8:46]

Quadro 1. Quadro-resumo das formas de tratamento empregadas pelos candidatos⁵.

Neste quadro-resumo estão contempladas as formas de tratamento utilizadas por todos os participantes. Observaram-se outras formas de tratamento que se restringiram a certos candidatos e foram empregadas apenas por uma parte dos envolvidos, como, por exemplo, *Senador Aécio (Neves)*⁶ e *Presidente(a) (Dilma Rousseff)*⁷, pois esses candidatos eram os únicos que ainda ocupavam cargos no cenário político nacional. Houve, ainda, as formas como *Senhor(a)(Nobre) + Candidato(a) + Nome + (Sobrenome)* como tentativa de criar um “suposto” efeito de distanciamento pelo exagero das formas de polidez ou *Caro (Meu querido) Colega (Amigo, Companheiro) + Nome + (Sobrenome)* como forma de criar um “suposto” efeito de aproximação. Sejam nos exemplos dados como suposta forma de distanciamento, sejam nos exemplos dados como suposta forma de aproximação, observou-se que os candidatos também se valeram dessas formas para criar efeito de ironia.

Ressaltam-se esses pontos, para evidenciar que, nesta pesquisa, as formas de tratamento vocativo nunca foram classificadas e entendidas como formas estanques com interpretações de uso *a priori*, mas sim como formas flexíveis que permitem aos interlocutores realizar seus discursos de maneira complexa e dinâmica. A real classificação se determinada forma de tratamento serve para estabelecer uma aproximação ou distanciamento entre os interlocutores ou se as formas são empregadas com o intuito de criticar e/ou ironizar os interlocutores só pode ser estabelecida caso a caso e momento a momento na interação, pois num mesmo trecho discursivo, um candidato pode passar por todo o espectro das formas de tratamento, criando efeitos múltiplos e variados na interação, promovendo diferentes camadas de significação.

4.2 - *Presidente* ou *Presidenta*?

4.2.1 - A controvérsia continua...

A análise dos debates políticos mostrou que a celeuma em torno do uso de ***presidente*** ou ***presidenta*** para referir-se a Dilma Rousseff ainda se faz presente nos dias de hoje. Não nos termos de discussão linguística e político-ideológica que ocorreu na ocasião da eleição de Dilma Rousseff para o seu primeiro mandato, mas como forma de tratamento diferenciada, no caso de ***presidenta***, para marcar afiliação ou para criticar o governo, ao focalizar a palavra e, por extensão, dar visibilidade à candidata à reeleição, ligando-a e responsabilizando-a aos projetos ou problemas de seu governo.

⁵ Nesses exemplos marcados com o *(*Você, Tu, Vocês*), acredita-se que os vocábulos servem a duas funções distintas concomitantemente. Embora eles exerçam a função de sujeito dos enunciados, devido à dinâmica da interação, eles também servem como formas de tratamento vocativo. Por exemplo, quando o Pastor Everaldo produz *Você*, concomitantemente, ele dirige seu olhar e vira a sua cabeça em direção a Aécio. Observa-se também uma micro pausa após a produção do vocábulo. É essa dinâmica multimodal e situada da linguagem empregada por Everaldo que nos possibilita interpretar o vocábulo também como uma forma de tratamento vocativo. O mesmo tipo de dinâmica ocorreu nos outros dois exemplos.

⁶ Pastor Everaldo: “mesmo sendo o assunto da previdência, meu querido Senador Aécio, eu queria falar de um assunto que tem incomodado o Brasil. O PAC só conseguiu realizar em torno de 30%, 30% do que foi programado”. [*Aécio Neves e Pastor Everaldo, debate da Globo, 2º bloco, confronto direto – tema sorteado por Bonner, 44:50*]

⁷ Eduardo Jorge: “*Presidenta*, como é que doze anos de governo do PT, nós colhemos algo tão terrível como essa barbárie?” [*Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate do SBT, 1º bloco, confronto direto, 7:02*]

Durante as eleições de 2010, que consagraram Dilma Rousseff ao cargo de presidente, a imprensa divulgou e debateu os questionamentos a respeito de qual seria o termo mais adequado para referir-se à primeira mulher a ser eleita para esse cargo. O tema foi bastante controverso à época. Os puristas defenderam que a única forma de se referir a Dilma Rousseff seria o uso do vocábulo **presidente**, já que esse termo pertence à classe de palavras derivadas do particípio presente que apresenta a noção de agente. Palavras como *pedinte*, *agente*, *fluente*, *gerente*, *dirigente*, *presidente* etc. indicam aquele ou aquilo que pede, age, flui, gere, dirige, preside etc. Essas formas são fixas, sendo iguais tanto para o masculino e o feminino, ocorrendo a distinção de gênero pelo uso dos artigos **a** ou **o**. Para os puristas, o questionamento sobre qual termo utilizar não deveria nem ter sido posto em pauta. Outros defensores do uso do vocábulo **presidente** para referir-se a Dilma Rousseff, como Adalberto J. Kaspary, autor de *Português para Profissionais*, trouxeram argumentos de ordem pragmática, divulgando que a palavra **presidenta**, embora dicionarizada, trazia carga pejorativa em sua utilização, devendo ser evitada. Elis C. Almeida, professora da FFLCH/USP, explica que o sentido pejorativo vincula-se à caricatura de mulher mandona, implacável e essa também seria a razão pela qual o termo *chefa*, a não ser pelo uso pejorativo, nunca se fixou, apesar de também dicionarizado.

Os moderados (e.g. Celso Cunha, Domingos Cegalla, Evanildo Bechara, Luís Antônio Sacconi) apresentaram o argumento que o vocábulo **presidenta** pode ser utilizado tanto quanto o vocábulo **presidente**, pois ambas as formas encontram-se dicionarizadas (e.g. Aurélio, Houaiss, VOLP – Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa). Como esclarece Marcelo Módulo, professor da FFLCH/USP, o termo **presidenta** é bastante antigo, sendo fixado desde 1899 no dicionário de Cândido de Figueiredo. Dessa forma, caberia a cada um escolher a maneira que mais lhe aprouvesse para referir-se à presidente Dilma Rousseff. Segundo o gramático Ataliba de Castilho, seria o uso coletivo que determinaria qual das formas prevaleceria no futuro.

Houve o grupo que defendeu o uso apenas de **presidenta** para que se marcasse o avanço que a mulher brasileira estava conquistando no cenário nacional ao ocupar um cargo que historicamente só havia sido exercido por homens. Para Paulo Flávio Ledur, autor de *Português Prático* e *Guia Prático da Nova Ortografia*, o argumento político-ideológico de uso dessa forma específica seria a importância em sinalizar para a sociedade brasileira essa nova posição da mulher. Segundo esse autor, o estranhamento inicial seria dissipado pela difusão do uso. Além disso, Pereira Jr (2011) esclarece que o uso de **presidenta** seguiria rigorosamente a lei federal 2.749, do senador Mozart Lago (1889-1974), em vigor desde 1956, que determina o uso oficial da forma feminina para designar cargos públicos ocupados por mulheres. Apesar de letra morta, a lei veio a público quando o país elegeu a primeira mulher para a Presidência da República. Embora Dilma Rousseff tenha declarado que gostaria de ser tratada por **presidenta**, ela não se valeu dessa lei para impor qualquer código de conduta às pessoas que a rodeiam. Sabe-se, apenas, segundo informações veiculadas na imprensa, que ela prefere ser tratada por **presidenta** e demonstra-se mais simpática e receptiva com quem o faz.

4.2.2 - Os usos do vocábulo **presidenta**

No que tange o uso de **presidenta** nos debates políticos do primeiro turno das eleições de 2014, observaram-se 7 ocorrências demonstrando que o uso não foi unânime para todos os candidatos. Apenas Luciana Genro e Eduardo Jorge valeram-se desse expediente de tratamento. Uma das ocorrências foi protagonizada pela própria candidata Dilma, reforçando a informação de que ela prefere o termo **presidenta**. Nota-se uma preferência pelo uso desse tipo de tratamento nos debates – Record e Globo – mais próximos à data do 1º turno. Nenhum uso de **presidenta** foi observado no debate da Bandeirantes. No debate do SBT, Eduardo Jorge produz uma ocorrência desse uso; no da TV Aparecida, Eduardo Jorge novamente protagoniza um episódio de uso do referido vocábulo. No debate da Record, há duas ocorrências produzidas por Luciana Genro e Eduardo Jorge. No debate da Globo, três episódios: dois de Eduardo Jorge e um da própria Dilma Rousseff.

Nos usos de **presidenta** observados, notam-se duas possibilidades interpretativas de utilização: uma na qual o uso vincula-se à crítica ao governo e à governante e a outra na qual o uso do termo poderia estar associado à afiliação a Dilma Rousseff. Acredita-se que o candidato Eduardo Jorge vale-se dos dois tipos de uso, enquanto Luciana Genro, apenas como crítica ao governo e à governante.

4.2.2.1 - **Presidenta** como crítica ao governo vigente

No grupo de ocorrências que possibilita uma interpretação de crítica ao governo, observam-se duas estratégias distintas: a estratégia de ironizar a ação da presidente, evidenciando a informação divulgada na imprensa de ela só dar ouvidos a quem a trata por *Presidenta*, e a de criticar o governo, atribuindo a Dilma Rousseff a responsabilidade pelos desajustes governamentais. Eduardo Jorge é quem protagoniza o episódio de ironizar a preferência e atitude tendenciosa da presidente Dilma ao chamá-la de **presidenta**⁸.

Neste episódio, Eduardo Jorge indica que quer dirigir a sua pergunta à candidata Dilma. Antes que o faça, Dilma questiona a validade de tal escolha – “*que eu saiba ele não pode*”. O jornalista-mediador Carlos Nascimento explica à candidata que Eduardo está dentro das regras e que pode dirigir a pergunta à candidata. Dilma se desculpa, explicando que é o nervosismo do debate. Carlos Nascimento ri. A câmera focaliza Eduardo que com a mão direita coça a testa, ri e produz – “*bem, obrigado*” – com uma prosódia que pode ser interpretada como irônica para a situação. Além disso, assim que finaliza esse enunciado, ele realiza certas ações faciais que estão associadas à negatividade e podem ser interpretadas como ações de deboche, desprezo – levantar o lado esquerdo dos lábios e realizar sutis *headshakes* (EKMAN, 2011). Continua seu turno esclarecendo que no debate anterior ele havia tratado dos temas relativos à saúde e violência e que, neste debate, traria à baila a situação dos presídios. Associa a situação dos presídios brasileiros aos campos de concentração dos nazistas e das ditaduras comunistas do século XX. Finaliza seu turno, indagando a Dilma: “*Presidenta (.) como é que doze anos de governo do PT, nós colhemos algo tão terrível como essa barbárie?*” No momento que produz **presidenta**, ele aponta com sua mão direita na direção da candidata Dilma. Concomitantemente à produção de **doze anos de governo do PT**, ele olha para a direita em direção à candidata. Percebe-se que Eduardo enfatiza – uso de tom irônico e de pausa – o termo **presidenta**, colocando Dilma em evidência para logo em seguida, associá-la e, por extensão, responsabilizá-la pelos problemas e inação do governo. Eduardo não critica e responsabiliza Dilma apenas por seu primeiro mandato, mas estende a crítica aos dois mandatos anteriores de Lula. Dilma passa a ser o carrasco – “*terrível barbárie*” – de doze anos de governo do PT.

A estratégia de ironizar a presidente Dilma de só escutar quem a trata por *presidenta* parece ter surtido efeito no quesito de evidenciar que ela toma o tratamento **presidenta** como uma forma de afiliação – sendo mais simpática e receptiva. Quando Dilma inicia a sua réplica, ela olha em direção a Eduardo e produz – “*olha, eu concordo com você, viu, Eduardo. Eu acho que a situação das penitenciárias no Brasil é uma barbárie*” – num tom ameno e amigável – para só depois oferecer a sua argumentação de defesa do governo. Esse tom ameno não havia sido utilizado com nenhum outro candidato nem no debate anterior da Bandeirantes e nem até o momento. Geralmente ela iniciou suas réplicas com a utilização de tratamentos mais formais – *Candidato (Nome) + (Sobrenome)* ou *Senhor ou Nome + Sobrenome* – com tom mais brusco e jamais repetindo uma frase completa do seu inquiridor. Aqui, a repetição pode ser interpretada como marca de afiliação. A repetição de parte do enunciado do falante por parte do ouvinte no momento que ele passa a deter o turno de fala, utilizando um tom de voz ameno, é tida como uma demonstração de afiliação (e.g. POMERANTZ, 1984). O fato de Dilma ter tratado Eduardo como aliado pode receber a interpretação de uma estratégia que compõe o jogo de máscaras do debate político, mas pelas atitudes de Dilma face aos outros candidatos em todos os outros debates analisados e pela composição situacional dessa interação específica, acredita-se que, pela atitude da candidata de utilizar apenas o primeiro nome do candidato Eduardo, de declarar que concorda com suas colocações, de repetir o enunciado de Eduardo e utilizar um tom amigável, uma possibilidade interpretativa para a situação é a inferência de que ela tomou o tratamento **presidenta** como uma deferência de Eduardo, tratando-o como aliado.

Eduardo demonstra irritação com a interpretação que Dilma faz de sua crítica irônica. Na sua tréplica, ele se vale de um tom mais agudo e um andamento mais rápido – características de irritação (e.g. RORTY, 2007). Distanciando-se da possibilidade de mostrar afiliação ao governo petista, ele emprega a estratégia da crítica direta, abarcando todos os mandatos dos governantes do PT na Presidência da República, ao utilizar os termos **vocês e insistem** – “*vocês já estão errados quando insistem nessa estratégia*”. Dessa vez, Dilma percebe que Eduardo estava sendo irônico e não demonstrando afiliação à sua pessoa ou ao seu governo. Ela volta a empregar um tom irritado e um tratamento mais formal – “*olha Eduardo Jorge*”, oferecendo, em seguida, a sua argumentação de defesa ao governo petista.

⁸ Carlos Nascimento, Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate do SBT, 1º bloco, 6:03-10:26.

No debate seguinte, na TV Aparecida, vê-se um novo episódio de utilização de **presidenta** por parte de Eduardo Jorge⁹. Percebe-se que o intuito do uso é o de criticar o governo de forma mais específica, ressaltando-se a figura de Dilma Rousseff e atribuindo-lhe a responsabilidade pelos desajustes governamentais. Dessa vez, Eduardo produz o seu turno de pergunta, a respeito dos problemas que envolvem a energia nuclear, tratando a candidata Dilma, inicialmente, por **senhora** e criticando a postura do governo face ao problema nuclear – *“já pedimos inclusive uma audiência a Senhora. A Senhora vai levar adiante o programa Brasil-Alemanha que traz aquelas usinas inseguras ali na porta do Rio de Janeiro”*. Ele utiliza um tom ríspido para apresentar a sua colocação. No comentário à pergunta de Eduardo, Dilma também é bastante ríspida. Argumenta que o governo se preocupa em desenvolver uma matriz energética limpa para o Brasil, desmerecendo a importância do problema apresentado por Eduardo – *“não acho que a questão nuclear seja uma questão muito relevante no que se refere ao Brasil”*. Durante todo o turno de comentário à pergunta de Eduardo, Dilma não olha nenhuma vez em direção ao candidato e nem o conclama em seu discurso.

Na sua réplica, Eduardo declara que a defesa de Dilma sobre a matriz energética brasileira ser limpa é equivocada já que *“não está indo no rumo certo não, tá indo na contramão porque tá cada vez mais suja”*. De forma bastante inflamada e debochada, Eduardo chama a candidata Dilma de **presidenta** e oferece um exemplo da inépcia do Brasil no quesito da matriz energética limpa ao enumerar as ações/declarações equivocadas do Ministério de Minas e Energia. Para ressaltar a ênfase colocada na candidata Dilma ao nomeá-la **presidenta**, responsabilizando-a pelos problemas de seu mandato, Eduardo finaliza a sua réplica apontando o dedo em riste na direção de Dilma e enfatizando – *“do SEU governo”*. Na tréplica de Dilma, percebe-se que ela está ainda mais irritada. Ela inicia a tréplica num tom de ironia professoral, explicando para o candidato que a energia eólica e a energia solar são muito caras e precisam de grandes áreas. Argumenta que a construção de usinas termelétricas se justifica para impedir o racionamento e finaliza seu turno de forma grosseira ao continuar com sua aula – *“então eu digo para o Senhor (olha em direção a Eduardo Jorge), não dá para inventar a roda. Neste âmbito, a roda é clara, nós vamos ter de optar por energia a gás que é menos poluente do que energia a carvão”*. Ao término do seu turno, produz a ação facial de apertar os lábios, puxá-los para baixo e levantar as sobrancelhas que, nessa situação, pode ser interpretada como uma gestualidade indicadora de enfado.

O uso de **presidenta** por parte de Luciana Genro no debate da Record¹⁰ demonstra que essa candidata também utilizou a estratégia de tratamento para ressaltar o cargo da candidata Dilma e, assim, criticar o governo de forma pontual, atribuindo a responsabilidade pelo problema apresentado – valor da pensão dos aposentados – à inação do chefe supremo da nação: da *“presidenta Dilma”*. Quando Adriana Araújo indaga a quem Luciana endereçaria a sua pergunta, a candidata responde – *“Presidenta Dilma”*, olhando à candidata Dilma. Ao finalizar o seu enunciado, Luciana demonstra gestualmente a sua desaprovação em relação à candidata Dilma. Olhando em direção a Dilma, Luciana fecha os olhos, aperta os lábios, puxando-os para baixo, e levanta as sobrancelhas. Na literatura dos Estudos da Gestualidade essa composição de ações faciais é considerada uma manifestação de reprovação ao interlocutor e/ou ao seu enunciado (e.g. EKMAN, 2011; KENDON, 2004). Logo em seguida Luciana continua – *“eu quero começar com uma cobrança, Presidenta Dilma, porque os aposentados no nosso país vêm sendo massacrados”* e acrescenta ao final do seu turno – *“a senhora vai manter essa maldade contra os aposentados?”* Responsabilizando a candidata Dilma pelo problema, apela para uma retórica emotiva – *“essa maldade”*. O uso desse vocábulo promove a associação de Dilma à ideia de pessoa de má índole e não apenas de má governante. Nesse episódio, portanto, percebe-se o uso de **presidenta** para criticar não só o governo de Dilma, mas também a sua índole. A estratégia discursiva de Luciana é sinalizar para o eleitor que Dilma é uma pessoa de má índole e por essa razão não permite qualquer ajuste na pensão dos aposentados. Luciana parece alegar que a presidente Dilma escolhe deliberadamente a inação para satisfazer a sua sede por *“maldades”*.

Noutro episódio, também ocorrido no debate da Record¹¹, Eduardo Jorge conclama a presidente Dilma e o seu ministro da Saúde – *“Presidenta, você e o SEU ministro da Saúde não falam nada sobre isso”*, apontando em direção a ela, a se posicionarem a respeito do assunto da poluição do ar nos grandes centros urbanos. Eduardo não estava em confronto direto com a candidata Dilma, mas sim com o Pastor Everaldo. Aproveita, contudo, a oportunidade para novamente criticar o governo Dilma, responsabilizando a candidata pelas

⁹ Rodolpho Gamberini, Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate da TV Aparecida, 4º bloco, 1:36:26-1:41:55.

¹⁰ Adriana Araújo, Celso Freitas, Dilma Rousseff e Luciana Genro, debate da Record, 1º bloco, 1:29-5:38.

¹¹ Adriana Araújo, Celso Freitas, Eduardo Jorge e Pastor Everaldo, debate da Record, 1º bloco, 37:59-40:57.

mortes ocorridas devido à poluição, já que ela e seu governo optaram por colocar o petróleo cada vez mais na matriz energética brasileira.

5.2.1.2 - *Presidenta* como marca de afiliação

Os episódios de usos de *presidenta* como marca de afiliação ocorreram no debate da Globo e foram protagonizados por Eduardo Jorge e pela própria Dilma Rousseff.

Na primeira ocorrência¹², Dilma escolhe Eduardo para fazer a pergunta – “vou dirigir a minha pergunta ao Eduardo Jorge”. Num tom mais ameno do que o usual, Dilma pede ao candidato que enumere o que é importante no programa Pronatec – “eu gostaria que o senhor pudesse me dizer o que o senhor considera importante nessa questão ligada ao Pronatec e às escolas técnicas federais”. Eduardo Jorge, bastante sereno, oferece o apoio do Partido Verde para o programa Pronatec:

- (01) *“é claro que o Pronatec é um programa importante, e o Partido Verde pretende apoiá-lo, incentivá-lo. Continua o apoio ao declarar: Presidenta Dilma, o Partido Verde, analisando o Plano Nacional de Educação, recentemente aprovado, no Congresso Nacional, definiu três áreas como prioritárias daquelas SUAS 20 metas”.*

Devido ao tom ameno e amigável utilizado, ao nomear a candidata Dilma de *presidenta* e enfatizar o pronome *sua*, Eduardo ressalta a figura de Dilma aos olhos do eleitor e atribui a autoria do Plano Nacional da Educação à candidata, valorizando, assim o feito da presidente. É como se Eduardo já fizesse parte da equipe de governo de Dilma ao defender e esclarecer aos eleitores o que são o programa Pronatec e as metas do Plano Nacional de Educação.

Dilma aceita a afiliação de Eduardo ao concordar com suas colocações – “eu concordo com o senhor, Candidato” - dando continuidade à enumeração dos feitos de seu governo. Entretanto, quando ela declara que aprovou uma lei que destina 75% dos royalties e 50% do petróleo do pré-sal para a educação, Eduardo mostra o seu descontentamento, levantando os ombros, inclinando e balançando a cabeça em sinal de dúvida. Num tom mais agudo, declara – “*éh, éh eu eu em relação ao pré-sal, nós temos uma divergência*”. Nota-se a hesitação em discordar da “sua companheira” pela repetição do *éh* e de *eu*. No entanto, ainda deixa evidente a sua afiliação ao usar o pronome *nós* e a suavização de enunciado ao utilizar a forma de negação morfológica (*divergência*) ao invés da forma mais enfática e direta - **não concordo (não convergência)**. Os estudiosos da negação (JESPERSEN, 1911; HORN, 2001 [1985]; GIVÓN, 2001) ressaltam que o uso de negação morfológica geralmente serve às estratégias de suavização de discordância.

O próximo episódio¹³ traz outro exemplo das marcas afiliativas de Eduardo Jorge em relação à candidata Dilma. É o início do 2º bloco do debate. O candidato sorteado é Eduardo e o tema escolhido é o tema da corrupção. Eduardo seleciona a *Presidenta Dilma*. Como o tema da corrupção, especialmente em relação ao mensalão, já vinha sendo mencionado no 1º bloco e de maneira bastante espinhosa, Eduardo parece ter optado por um desvio de tema para poupar a sua parceira:

- (02) *“é claro que eu poderia falar da corrupção [...], mas, estando no Rio de Janeiro, eu não posso, também, de dirigir à Presidenta Dilma uma pergunta sobre a morte da Jandira e da Elisângela. A Senhora, sendo uma presidente mulher, não se sente triste ou indignada, que isso aconteça por causa do seu governo, como mulher e socialista, que se mantenha uma lei cruel, de antimulher como essa lei?”*

Levanta-se a possibilidade desse desvio de tema de Eduardo ser uma tentativa de salvar a sua própria face. Infere-se que, como não haveria possibilidade de ele tratar do tema de maneira amena, ele elege outro assunto como tópico de pergunta, mantendo assim a sua posição de aliado da candidata Dilma. Apesar da crítica à lei anti-aborto, Eduardo ameniza a situação ao transferir a situação para a ordem pessoal e para as questões de gênero – “*presidente mulher, como mulher e socialista*” – e ao descrever o tipo de sentimento que a candidata Dilma teria ao tratar do assunto – “*triste e indignada*”.

¹² William Bonner, Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate da Globo, 1º bloco, 15:31- 19:28.

¹³ William Bonner, Dilma Rousseff e Eduardo Jorge, debate da Globo, 2º bloco, 31:30-35:56.

Na sua réplica, inicialmente Dilma desconsidera o tema proposto por Eduardo. Prefere “responder”, inclusive com “provas documentais”, aos comentários sobre o mensalão e a corrupção na Petrobrás que transcorreram no 1º bloco do debate entre as duplas Aécio Neves - Pastor Everaldo e Aécio Neves - Marina Silva. Ao final do seu turno, ela responde a Eduardo, afirmando que ela cumpre a lei – “Agora eu gostaria de dizer que qualquer governo democrático, no estado de direito, cumpre as leis. Eu, de fato, cumpro a lei que prevê é a interrupção da gravidez em três casos”, reforçando a posição contrária ao aborto de seu programa de governo. Para não manifestar a sua opinião pessoal, convocada por Eduardo, e nem a declaração direta do posicionamento do seu programa, Dilma se refugia no cumprimento da legalidade da legislação brasileira.

O conluio entre Eduardo e Dilma torna-se evidente nesse episódio quando se observa que Dilma já havia tido oportunidade de “responder” a Aécio já no primeiro bloco, mas não o faz. Logo após a dupla Aécio Neves - Marina Silva finalizar, Dilma é convocada a selecionar o seu par. Ela escolhe Eduardo e eles protagonizam o evento cheio de elogios e amenidades a respeito do Pronatec e do Plano Nacional de Educação, analisado anteriormente. Infere-se que houve a instrução e a preparação de “provas” por parte dos assessores de Dilma durante o intervalo comercial para a retomada, no segundo bloco, sobre o tema da corrupção. O jogo discursivo desse episódio é propício a essa hipótese, ou seja, Eduardo trataria do tema anti-aborto e Dilma se defenderia em relação ao mensalão.

A mudança de comportamento de Eduardo Jorge em relação à candidata Dilma no último debate às vésperas do 1º turno das eleições de 2014 chama atenção. A possibilidade que se levanta para essa mudança deve-se ao fato de o referido candidato já vir demonstrando, em diferentes debates, que acreditava na impossibilidade da sua eleição ao cargo presidencial e que as candidatas Dilma e Marina passariam para o segundo turno, com uma tendência/preferência à candidata Dilma, como se pode inferir das suas falas reproduzidas a seguir:

- (03) EJ: “se por acaso, é difícil, mas se por acaso eu ganhar a eleição”
[*Debate da TV Aparecida – 4º bloco - confronto direto Luciana Genro e Eduardo Jorge, 1:25:07*]
- (04) EJ: “Luciana (ri)... Luciana (ri), a precificação do carbono é a tendência mundial mais importante para se transitar para o desenvolvimento sustentável e combater o aquecimento global. Quais as quatro áreas que você, se fosse presidente (ri), precificaria o carbono, como e por que?”
LG: “Eduardo, não- não- não entendi o seu risinho quando perguntaste se eu fosse presidente (EJ abre um amplo sorriso e demonstra sinais de constrangimento) eu posso sim ser presidente e tenho a convicção de que se todos que concordam com as propostas que eu tenho defendido, eu posso chegar ao segundo turno. Nada deve parecer impossível de mudar () e nós temos a convicção (...)”
[*Debate da TV Record – 1ª rodada do 1º bloco - confronto direto entre Luciana Genro e Eduardo Jorge, 24:05*]
- (05) EJ: “(...) eu tenho recebido muito apoio nas ruas. Muita gente que quer votar no Partido Verde e em Eduardo Jorge, 43, fica com medo que essa eleição se decida no 1º turno e fica pensando: será que Marina vai ganhar no 1º turno? (vira-se, olha e aponta com as duas mãos em direção a Marina Silva), será que a Dilma vai ganhar no 1º turno? (vira-se, olha e aponta com as duas mãos em direção a Dilma) E aí, as vezes, não dá o voto no candidato do coração deles que sou eu. Então, eu falo: Amigos, façam as contas vai ter 2º turno, as duas vão estar lá. Pode votar útil lá no 2º turno. Pode votar na (dá um sorrisinho). Escolham entre as duas (cada uma das mãos aponta em direção à respectiva candidata, mas EJ olha em direção a Dilma Rousseff) no 2º turno, mas agora, no 1º turno, por isso é que existe o 1º turno, é o voto da razão e do coração. Você tem que votar no que você acha melhor. No que mais identifica vocês. Isso, então, é muito importante para nós do PV. Eu preciso do voto e da força do PV para influenciar (aponta com o dedo indicador direito em direção a Dilma Rousseff) no 2º turno (mantendo o apontar para Dilma, aponta com o dedo indicador esquerdo em direção a Marina Silva). Defendendo nossas teses junto das duas e principalmente eu preciso dos votos dos deputados federais e estaduais do PV para que isso que eu falo agora continue sendo discutido por mais quatro anos em todos os estados e na Câmara Federal, lá em Brasília”
[*Debate da TV Record – considerações finais de Eduardo Jorge 1:50:46-1:52:18*]
- (06) AN: “(...) se eleito formos, nós apresentaremos uma proposta de simplificação do sistema tributário (...)”

EJ: "Ele insiste. Vai apresentar depois, se for para o segundo turno e se ganhar (...) eu convido você a analisar nossa proposta do PV e do professor Marcos Cintra e, sendo eleito ou não eleito, porque o Senhor é senador, vai continuar conosco no Congresso Nacional".

AN: "espero que não".

(plateia ri)

[*Debate da TV Globo – 2º bloco - confronto direto entre Aécio Neves e Eduardo Jorge, 51:49-53:19*]

Em (03), tem-se um exemplo da sua crença na dificuldade de ser eleito para o cargo presidencial. Em (04), observa-se que essa crença também se estende a Luciana Genro. Quando ele indaga a Luciana quais seriam as quatro áreas de precificação do carbono que ela escolheria se fosse presidente, ele ri, demonstrando a sua descrença na possibilidade de ela tornar-se presidente. Luciana constrange-o ao enunciar que não havia entendido o seu *risinho*. Eduardo leva a mão direita à face direita, escondendo parcialmente o rosto, e abaixa a cabeça. Essas são ações gestuais sinalizadoras de constrangimento (e.g. KELTNER; BUSWELL, 1996; KELTNER; ANDERSON, 2000). Apesar de constrangido, Eduardo mantém um amplo sorriso, indicando que a ideia de Luciana ser presidente lhe é descabida.

Em (05), nota-se que Eduardo indica a sua preferência à candidata Dilma como possibilidade para o 2º turno. Quando indaga – "*Será que Marina vai ganhar no 1º turno?*" – ele se vira, olha e aponta com as duas mãos abertas em direção a Marina. Ao questionar – "*Será que a Dilma vai ganhar no 1º turno?*" – ele também se vira, olha e aponta com ambas as mãos para Dilma. A diferença entre as ações gestuais é a localização que ele escolhe para situar as suas mãos. No caso de Marina, as mãos são posicionadas na altura de seu peito. No caso de Dilma, as mãos são colocadas à altura de seus ombros. Essa localização espacial diferenciada alça Dilma a uma posição hierarquicamente superior. Eduardo sinaliza, assim, que ele acredita que Dilma é a candidata que possui maior chance de ser eleita presidente.

Ao conclamar seus eleitores para que não fizessem voto útil no 1º turno, mas sim votassem nele e nos candidatos do PV, ele afirma-lhes que seguramente uma das duas candidatas estaria no 2º turno – "*pode votar na (.). Escolham entre as duas no 2º turno, mas agora, no 1º turno, por isso é que existe o 1º turno, é o voto da razão e do coração*". Chama atenção a gestualidade de Eduardo nesse fragmento de fala. Quando enuncia **pode votar na** suspendendo a sua fala e ficando em silêncio para que o eleitor preenchesse a lacuna, ele sorri. Ao produzir **escolham entre as duas no 2º turno**, cada uma de suas mãos está apontando em direção às referidas candidatas, porém, ele olha em direção a Dilma, ressaltando para seu eleitor que, na sua opinião, o voto para o 2º turno deveria ser para a candidata Dilma. Mais um indício de sua preferência pela candidata Dilma é quando enuncia "*Eu preciso do voto e da força do PV para influenciar no 2º turno*". Quando produz **para influenciar**, Eduardo aponta com seu dedo indicador direito em direção a Dilma. Mantendo o dedo apontado para a candidata Dilma, quando ele enuncia **2º turno**, ele aponta com seu indicador esquerdo em direção a Marina Silva. O fato de ele apontar primeiro para Dilma Rousseff e sustentar esse gesto de apontar e só depois indicar Marina Silva promove um efeito de ressaltar a importância da candidata Dilma frente à candidata Marina. Principalmente, quando em composição com as ações gestuais anteriores – situar espacial e gestualmente a candidata Dilma em posição mais acima do que a candidata Marina e olhar em direção a Dilma e não para Marina quando diz aos seus eleitores as possibilidades de voto para o 2º turno.

Em (06), Eduardo Jorge deixa evidente a sua opinião a respeito da impossibilidade de outros candidatos virem a ser eleitos para o cargo presidencial. Desta vez, a sua opinião recaiu sobre Aécio Neves – "*porque o Senhor é senador, vai continuar conosco no Congresso Nacional*". Em suma, parece que Eduardo estava cada vez mais convicto da reeleição de Dilma Rousseff e, talvez, para garantir a sua participação e/ou a de seu partido no jogo político, ele tenha adotado essa postura afiliativa às vésperas do 1º turno das eleições de 2014.

Para finalizar a análise dos usos de **presidenta** como forma de afiliação, resta mais um episódio que mostra um confronto direto entre Dilma Rousseff e Marina Silva ocorrido no 2º bloco do debate da Globo¹⁴. Nesse fragmento, observa-se Dilma indicando a sua preferência pelo uso do termo **presidenta** para referir-se ao seu cargo. O tema sorteado para Marina indagar à candidata Dilma foi o papel do Banco Central. Marina questiona a candidata Dilma a respeito da sua incongruência em relação à autonomia do Banco Central. Dilma, visivelmente agressiva, ataca Marina de estar deliberadamente confundindo autonomia com independência, alegando que o programa da candidata Marina defendia a independência do Banco Central,

¹⁴ William Bonner, Dilma Rousseff e Marina Silva, debate da TV Globo, 2º bloco, 40:05-44:09.

mas não a sua autonomia e que o seu governo defende a autonomia do Banco Central, mas não a sua independência. Esclarece que independentes são apenas os três poderes e finaliza o seu turno esclarecendo ao eleitor e à candidata Marina que “quando se escolhe um presidente, se escolhe uma política econômica”. Nota-se que o uso de **presidente** marca uma generalização.

Marina rebate alegando que quem está confundindo os termos é a candidata Dilma devido à sua falta de experiência em cargos políticos. Dilma responde de forma indignada:

- (07) “Agora, a minha inexperiência política é interessante vindo de uma pessoa que defende a nova política. Quer dizer, Candidata, que uma pessoa que não fez a carreira - vereadora, deputada, senadora - ela não pode ser presidenta? Aonde isso está escrito? Não na nossa constituição. Aliás eu tenho convicção de que qualquer brasileiro ou qualquer brasileira podem ser Presidente da República, agora, o que tem de haver é experiência e competência”.

Nesses enunciados, percebe-se que Dilma, novamente, usa o termo **presidente** para a generalização – “qualquer brasileiro ou qualquer brasileira podem ser Presidente da República”. No entanto, quando pergunta se “uma pessoa que não fez a carreira - vereadora, deputada, senadora - ela não pode ser presidenta”, referindo-se ao percurso político da candidata Marina, observa-se que ela utiliza o termo **presidenta** em alusão a si própria como a pessoa que não fez a carreira política semelhante à de Marina Silva. Esse fragmento, portanto, deixa evidenciado e registrado, em rede nacional, e pelas próprias palavras da Presidente da República que ela prefere ser tratada por **Presidenta**.

Considerações finais

Nessa pesquisa, mediante uma microanálise transversal e qualitativa de caráter empírico indutivo, foram observadas as formas de tratamento vocativo empregadas por 7 candidatos em cinco debates televisionados antes do primeiro turno das eleições presidenciais de 2014. Observou-se que existe uma forma mais protocolar e preferida por todos os participantes: *Candidato(a) Nome + (Sobrenome)*. Observou-se igualmente que o fato de os participantes não utilizarem essa estratégia formulaica promove diferentes possibilidades de interpretação e efeitos diversos em seus discursos. Verificou-se como o uso do vocábulo *presidenta* pode servir a diferentes propósitos. Viu-se também a necessidade de apresentar uma visão holística da linguagem humana ao agregar a modalidade gestual para a análise interpretativa dos enunciados linguísticos, mostrando, assim, que a linguagem é um sistema complexo, dinâmico, adaptativo e multimodal, sendo social, cultural e historicamente situada, e, mais especificamente, entendendo que a fala (prosódia e elementos linguísticos) e a gestualidade compõem um único processo de formação discursiva no qual há a integração de modos diferentes de expressão. Fala e gestualidade não são dois sistemas independentes da linguagem que se interrelacionam, mas um único sistema com modalidades distintas de expressão, mesmo que em certas ocasiões algumas modalidades sejam priorizadas sobre outras. Quando a gestualidade e a língua atuam concomitante e conjuntamente, observa-se uma coerência semântica entre elas. Contudo, isso não quer dizer que essas modalidades expressem os mesmos significados. Apesar de apresentarem características e propriedades diferentes, tais modalidades interagem na produção e na compreensão do discurso mediante um processo recíproco cuja resultante será uma unidade comunicacional com significado mais complexo, ampliando, dessa forma, as possibilidades de atuação discursiva do ator social a respeito do seu ponto de vista, do seu modo de refletir sobre o mundo e sobre a natureza humana.

Referências bibliográficas

- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BROWN, Roger; GILMAN, Albert. The Pronouns of Power and Solidarity. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). *Style in Language*. Massachusetts: Ed. MIT Press, 1960. p. 253-276.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DURANTI, Alessandro. *Antropologia Linguística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.
- EKMAN, Paul. *A Linguagem das Emoções*. São Paulo: Lua de Papel, 2011.

- GIVÓN, Talmy. Negation. In: _____. *Syntax: An introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2001. p. 369–398.
- GUMPERZ, John. The Linguistic and Cultural Relativity of Conversational Inference. In: GUMPERZ, John; LEVINSON, Stephen C. (Eds.). *Rethinking Linguistic Relativity*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 374–407.
- HORN, Laurence R. *A natural history of negation*. Stanford: CSLI Publications, 2001 [1985].
- JESPERSEN, Otto. *Negation in English and other languages*. Hobenhavn: A. F. Host & Son, 1917.
- KELTNER, Dacher; ANDERSON, Cameron. Saving face for Darwin: The functions and uses of embarrassment. *Current Directions in Psychological Science*, v. 9, n. 6, p. 187–192, 2000.
- KELTNER, Dacher; BUSWELL, Brenda. Evidence for the distinctness of embarrassment, shame, and guilt: A study of recalled antecedents and facial expressions of emotion. *Cognition and Emotion*, v. 10, n. 2, p. 155–171, 1996.
- KENDON, Adam. *Gesture: Visible action as utterance*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- LEVINSON, Stephen C. *Pragmatics*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1989.
- MARCOTULIO, Leonardo L. *A preservação das faces e a construção da imagem no discurso político do marquês do Lavradio: As formas de tratamento como estratégias de atenuação da polidez linguística*. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.
- PEREIRA JUNIOR, Luiz C. *Presidente ou presidenta? Lei, tradição do idioma e visão de mundo entram em conflito na definição do termo a ser usado para referir-se a Dilma Rousseff*, Dez. 2011. Disponível em: <<http://revistalingua.uol.com.br/textos/62/presidente-ou-presidenta-248988-1.asp>>, Acesso: 19 jan. 2015.
- POMERANTZ, Anita. Agreeing and disagreeing with assessments: some features of preferred/dispreferred turn shapes. In: ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, John. (Eds.). *Structures of social action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 57–101.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 44ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.
- RODRIGUES, Leôncio M. Partidos, ideologia e composição social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, n. 48, p. 31-47, 2002.
- RORTY, Richard. *Contingência, ironia e solidariedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.